

Orçamento comporta reajuste do mínimo

Parecer do relator-geral do Orçamento, deputado Jorge Bittar, deverá indicar folga de R\$ 3,6 bilhões nas verbas da Previdência Social para acomodar o reajuste do salário mínimo e o início do pagamento aos aposentados dos prejuízos decorrentes dos planos Collor e Verão.

Página 5

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano IX – Nº 1.851 – Brasília, quarta-feira, 17 de dezembro de 2003

Votação das reformas deve ser concluída hoje

A rainha e as princesas da Festa Nacional da Uva, a maior e mais tradicional celebração do Rio Grande do Sul, foram recebidas ontem pelo presidente do Senado, José Sarney. Acompanhadas dos senadores gaúchos Paulo Paim e Sérgio Zambiasi, elas estiveram no Senado a fim de convidar os parlamentares para a 25ª edição da festa, que se realizará de 20 de fevereiro a 7 de março em Caxias do Sul.

Página 2



Gerardo Magalhães

■ Plenário examina em segundo turno a emenda paralela da Previdência e a reforma tributária

A emenda paralela da Previdência traz mudanças importantes para a categoria dos funcionários públicos. Diversos senadores alertaram ontem para a necessidade de o projeto ser examinado com rapidez pela Câmara dos Deputados. A reforma tributária deve ser implantada em três etapas até 2007.

Páginas 2 a 4

Comissão aprova Edson Ferreira para dirigir Adene

A Comissão de Assuntos Econômicos acolheu ontem, por unanimidade, a indicação de Edson Ferreira para diretor da Agência de Desenvolvimento do Nordeste.

Página 5



Célio Azeredo

AGENDA Senadores da CAE votaram outras matérias, inclusive empréstimo para Salvador

Serys aplaude Ministério Público

Página 8

João Ribeiro quer conclusão da Norte-Sul

Página 7



SERIEDADE Líder empresarial e político, Augusto Franco foi lembrado por sua competência

Pesar pela morte de Augusto Franco

Dois requerimentos de pesar pela morte do ex-governador, ex-senador, ex-deputado federal, líder político e empresarial de Sergipe, Augusto Franco, apresentados pelos senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), foram aprovados ontem.

Antonio Carlos definiu Augusto Franco como um "político sério, corajoso, leal e um administrador competente". Valadares, que foi secretário de Educação na gestão do homônimo, realçou o compromisso de Franco com o progresso do Nordeste.

Foi lido ainda requerimento do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) de voto de congratulações à professora Marta Nair Monteiro, pelo seu 90 anos, grande parte deles dedicado ao desenvolvimento sócio-cultural da gente mineira, e requerimento de informações do senador Papaléo Paes (PMDB-AP) pedindo informações ao Ministério da Saúde e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária sobre providências diante dos casos de intoxicação de agentes de saúde por inseticidas usados no combate ao mosquito da dengue.

Orçamento e reformas são prioridade no Congresso

Autoconvocação vai até sábado, quando devem estar votadas as emendas e a proposta orçamentária

Até sábado, o Congresso Nacional funcionará em regime de autoconvocação. Ao ler o ato convocatório, o 1º secretário do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP), lembrou que as atividades do período serão realizadas sem pagamento de ajuda de custo de nenhuma natureza.

Os objetivos principais da convocação são examinar o projeto do Orçamento da União para 2004 e concluir a vota-



ROTINA Romeu Tuma lembrou que trabalhos da semana serão realizados sem despesa extra

ção da reforma tributária (PEC 74/03) e da chamada PEC paralela (PEC 77/03), que altera pontos da reforma da Previdência Social.

Roosevelt Pinheiro

Entre os outros itens a serem analisados está o Projeto de Lei da Câmara 101/03, que prorroga a alíquota de 27,5% do Imposto de Renda de Pessoa Física. A prorrogação anterior previa o final da elevação da alíquota – de 25% para 27,5% – neste ano.

O Senado também pode discutir as medidas provisórias (MPs) em tramitação no Congresso. Até o momento, quatro delas estão na Câmara e, por já terem atingido o prazo máximo de tramitação, estão ficando a pauta daquela Casa. Caso uma delas seja aprovada pelos deputados, também chegaria ao Senado, impedindo a realização de outras votações.

Agenda

PECs paralela e tributária em votação

O Plenário realiza, às 10h, o segundo dia de discussão, em segundo turno, de duas propostas: a PEC paralela (PEC 77/03) e a reforma tributária (PEC 74/03). Está prevista ainda nova reunião, às 14h30, para a última sessão de discussão e votação dessas matérias.



Sarney participa de reunião com Berzoini

O presidente do Senado, José Sarney, comparece, às 8h30, à reunião da bancada governista com o ministro da Previdência, Ricardo Berzoini; às 11h, ao lançamento dos Anais do Seminário sobre Inteli-

gência; às 18h, à inauguração do Centro Internacional de Neurociências e Reabilitação do Hospital Sarah Kubitschek; e, às 21h, ao jantar de fim de ano com os senadores e diretores da Casa.

TV Senado ouve Osmar Dias

O senador Osmar Dias (PDT-PR) é o convidado do programa *Entrevista*, que será exibido hoje pela TV Senado, às 20h30. O senador faz um balanço das atividades deste ano da Comissão de Educação, da qual é presidente.

CMO discute Orçamento

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) deve continuar hoje a discussão dos relatórios setoriais ao Orçamento de 2004, de projetos de créditos suplementares, de avisos do Tribunal de Contas da União (TCU) e de requerimentos.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF
CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Sarney recebe representantes da Festa da Uva

Ao lado dos senadores Paulo Paim (PT-RS) e Sérgio Zambiasi (PTB-RS), o presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem a rainha Priscila Caroline Tomazzoni e as princesas Greice Demoliner Tedesco e Victoria Tifton de Carli, representantes da Festa Nacional da Uva, tradicional celebração do Rio Grande do Sul.

Elas estiveram no Senado para convidar os parlamentares para a 25ª edição da festa, que se realizará de 20 de fevereiro a 7 de março de 2004.

Uma comitiva de 60 pessoas, entre agricultores e integrantes dos corais São Brás e Vozes da Terra, além de músicos da 25ª Região Tradicionalista, acompanhou a rainha e as princesas na audiência.

Sarney recebeu também Juan Carlos Lecompte, marido da senadora colombiana Ingrid Betancourt, seqüestrada pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) em fevereiro de 2002. Ele pediu ao senador que interceda em favor de um acordo humanitário que possa resultar na libertação de sua esposa.

Deputados do Partido Verde brasileiro acompanharam Lecompte à audiência com Sarney. O partido está patrocinando a criação do comitê "Ingrid Livre", em solidariedade à senadora e a todos os seqüestrados.

Homenagem

O presidente do Senado lamentou o falecimento do ex-senador, ex-deputado e ex-governador Augusto Franco, a quem caracterizou como "um dos mais importantes políticos da sua geração, com uma grande atuação em nível nacional e estadual". Para Sarney, "é uma perda extraordinária para os sergipanos e também para todo o país".

Confraternização

Sarney recebeu na noite de segunda-feira os jornalistas credenciados no Senado e integrantes da Secretaria de Comunicação Social da Casa para um jantar de confraternização de fim de ano.

O presidente disse que o ano foi exaustivo, mas que seguramente 2004 será um ano ainda mais árduo em termos de trabalho legislativo.

Hoje, o presidente volta a abrir a residência oficial para um jantar com os senadores e diretores da Casa.

REFORMAS

Durante a discussão da proposta, senadores defendem convocação do Legislativo em janeiro para que a Câmara possa apressar exame da matéria. Hoje, haverá duas outras sessões de debates da emenda

Última votação da paralela pode ocorrer hoje

Os senadores devem votar na tarde de hoje, em segundo e último turno, a proposta de emenda paralela, solução encontrada para amenizar efeitos da reforma da Previdência Social brasileira. A proposição voltou a ser discutida ontem pelos senadores. Estão previstas para hoje, de manhã e à tarde, as outras duas sessões de debates da matéria.

A emenda paralela traz mudanças importantes para a categoria dos funcionários públicos, como a regra de transição, destinada a diminuir o tempo de serviço para os trabalhadores que ingressaram mais cedo no mercado de trabalho, assim como a adoção de paridade entre salários de servidores em atividade e aposentados.

Ontem, vários senadores alertaram para a necessidade de o projeto ser examinado com rapidez pela Câmara dos Deputados. Para isso, chegaram a sugerir a convocação extraordinária do Congresso Nacional em janeiro.

Durante a discussão, o presidente do Senado, José Sarney, afirmou que a não-aprovação da proposta (PEC 77) representaria um fracasso da classe política brasileira. “Nós estaríamos aqui participando, de certo modo, de uma farsa se nós estivéssemos engajados na emenda paralela, com compromisso de todos nós, e ela não tivesse o final que deve ter”, assinalou.

Vontade política

Sarney observou que o Sena-



Jose de Araujo

ALERTA Demora na aprovação pelo Congresso traria prejuízo aos servidores, afirma Agripino

do, antes de cobrar qualquer providência da Câmara, deve cumprir sua tarefa de concluir a votação da proposta de emenda paralela. Ele acrescentou que não existem motivos

para que a sociedade deixe de acreditar no desejo e na vontade política do presidente da Câmara, João Paulo Cunha, em aprovar a matéria.

O presidente do Senado lembrou que o próprio deputado João Paulo informou ao senador Paulo Paim (PT-RS) e a outros parlamentares sobre a disposição de apreciar a proposição ainda em janeiro, caso o Congresso seja convocado para trabalhar extraordinariamente.

Antes da manifestação de Sarney, o senador José Agripino (PFL-RN) alertara que a demora na aprovação da proposta paralela provocará prejuízos irreparáveis para os servidores públicos. Ele pediu o apoio do presidente da Casa para que a matéria seja apreciada ainda

em janeiro.

Já a senadora Heloísa Helena (PT-AL) assinalou que, para o Congresso trabalhar de forma extraordinária durante o recesso, basta que ele seja convocado em conjunto pelos presidentes da Câmara e do Senado ou de forma individual pelo presidente da República.

O relator da emenda, senador Tião Viana (PT-AC) informou que, em contato com o ministro da Previdência Social, Ricardo Berzoini, este reiterou que o governo federal não faz qualquer restrição à aprovação da PEC paralela. Viana afirmou que o Congresso deve aguardar o governo federal decidir pela convocação ou não, para que o Senado e a Câmara trabalhem em janeiro próximo.

PAULO PAIM



Jose Cruz

Esforço em defesa da convocação

O senador Paulo Paim (PT-RS) informou que, junto com seis senadores, diversos deputados federais e representantes de servidores, ouviu do presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, que aquela Casa está preparada para analisar a emenda já no início do próximo ano. Paim pediu ao governo que convoque extraordinariamente o Legislativo, entre 10 de janeiro e 10 de fevereiro.

Segundo o senador, João Paulo explicou que compete ao Executivo convocar o Congresso Nacional para trabalhar durante o recesso constitucional.

– Espero que possamos ver com alegria a PEC ser aprovada na Câmara antes do mês de março.

RAMEZ TEBET

É preciso evitar injustiças com os servidores

Para o senador Ramez Tebet (PMDB-MS), o Congresso Nacional cairá em descrédito se a proposta paralela não for aprovada, já que foi firmado um compromisso com todos os partidos e a sociedade.

Para Tebet, só a votação da PEC paralela poderá impedir que ocorram injustiças com servidores que deixarão de se aposentar por uma diferença de até cinco dias, já que a reforma da Previdência, aprovada na última semana, não contém regra de transição.

– Quando o Congresso quer, tem condições de concretizar. Não adianta apenas o Senado aprovar. A Câmara tem que aprovar também. É imperioso, para evitar injustiças – disse o parlamentar.



Roosevelt Pinheiro

EFRAIM MORAIS



Roosevelt Pinheiro

Descrédito no interesse do governo

Na opinião do senador Efraim Morais (PFL-PB), bastaria ser prorrogado o atual período de autoconvocação para que a proposta seja aprovada durante o recesso.

Efraim reiterou sua descrença em relação ao empenho do governo para aprovar a PEC, ao ler declarações do deputado João Paulo Cunha, de que, na Câmara, seria observada a tramitação normal da matéria.

– O trâmite exigiria 40 sessões e, com todos os compromissos assumidos, não é preciso mais do que uma sessão para aprovarmos essa proposta de emenda. Não tenho dúvida que os deputados querem votar essa matéria. É o governo que não quer que ela seja votada – afirmou.

GARIBALDI ALVES

Confiança na capacidade dos líderes

Ao lembrar a aprovação em primeiro turno, por unanimidade, da emenda paralela, o senador Garibaldi Alves (PMDB-RN) manifestou-se satisfeito com os resultados obtidos no Senado.

Para o senador, não há mais o que debater sobre o mérito da proposta, em segundo turno, pois “resta aos parlamentares apenas reunir esforços para conseguir uma tramitação rápida da matéria na Câmara dos Deputados”.

Garibaldi Alves disse acreditar na capacidade dos líderes partidários construírem uma solução política para encerrar a tramitação da emenda no Congresso e reiterou a idéia de que a proposição paralela veio para unir e assegurar o consenso.



Roosevelt Pinheiro

VALADARES



Roosevelt Pinheiro

Fatura não seria positiva para o Executivo

A não-aprovação da proposta que altera a reforma da Previdência deixaria os funcionários públicos “inteiramente revoltados e lideranças políticas frustradas”. A fatura não seria positiva para o governo, advertiu o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

O parlamentar sergipano sugeriu que o governo assumira a responsabilidade de aprovar matéria. Conforme advertiu, “não só a credibilidade no governo está em jogo, mas também a credibilidade no Senado”. Valadares ainda defendeu a convocação em janeiro, para que a PEC seja aprovada o mais rápido possível, e alertou que muitas vezes, durante o recesso, surgirão para criticar a PEC paralela.

RENAN CALHEIROS

Capacidade do Senado para negociar

O líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (AL), reivindicou tramitação em regime de urgência urgentíssima para a proposta. De acordo com o senador, o país não entenderia uma tramitação morosa da proposta que o Senado está analisando em tempo recorde.

Renan salientou que a celeridade resultou de compromisso do governo e de todos os partidos, porque a proposta concretiza direitos dos servidores e reduz as maiores dificuldades da reforma da Previdência.

– Ela não pode cair na vala comum de todos os projetos na Câmara – advertiu. E disse que a PEC demonstrou a capacidade do Senado em negociar e chegar a um consenso.



Roosevelt Pinheiro

REFORMAS

Proposta, que deverá ser aprovada na sessão desta tarde, é resultado de acordo entre os partidos. Heloísa Helena e Almeida Lima anunciaram voto contra, criticando a prioridade de arrecadação do governo

Tributária poderá ser concluída hoje

O Senado deve votar hoje, em segundo turno, a proposta de emenda à Constituição (PEC) que institui a reforma tributária. A PEC 74/03 foi aprovada em primeiro turno com 64 votos a favor e apenas 4 contrários, resultado de acordos com os partidos – o relator, Romero Jucá (PMDB-RR), incorporou propostas do PFL, do PSDB e do PMDB. A reforma será implantada em três etapas. Na primeira estão previstas a prorrogação por mais quatro anos da CPMF e da Desvinculação de Receitas da União; a transferência de 25% da Contribuição de

Intervenção no Domínio Econômico (Cide) para os estados; a criação do Fundo de Compensação das Exportações; e a imposição da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre produtos importados com similares nacionais. Além disso, o Fundo de Participação dos Municípios terá em 2004 aumento de R\$ 1 bilhão e de R\$ 1,5 bilhão nos dois anos subsequentes. A Zona Franca de Manaus também fica prorrogada por mais dez anos. Serão ainda definidas cinco alíquotas básicas para unificar nacionalmente o ICMS. O Senado deverá

ratificar as novas alíquotas para implantação no ano seguinte (2005), quando termina a guerra fiscal. Em 2005 e 2006, entrará em vigor o gatilho da CPMF, que reduzirá o tributo até o limite mínimo de 0,08%. Será criado o Fundo de Desenvolvimento Regional, com recursos da ordem de R\$ 2,2 bilhões, sendo 93% destinados ao Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Em 2007, será finalmente implantado o Imposto sobre Valor Agregado (IVA), a principal simplificação da proposta. O IVA irá reunir o ICMS, o ISS e o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados).

CÉSAR BORGES

Regiões pobres irão perder investimentos

O senador César Borges (PFL-BA) disse, durante a discussão da reforma tributária, que os estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste vão perder a capacidade de atrair investimentos com base em incentivos fiscais, sem que o governo tenha apresentado qualquer programa de desenvolvimento para as regiões pobres.

– É uma grande frustração. Nos últimos anos, conseguimos fazer o Nordeste crescer mais do que o Sudeste, com base nos incentivos, que vamos perder e nada ganhar em troca – afirmou o senador.

César Borges criticou tam-



Fotos: Roosevelt Pinheiro

bém a redução da massa salarial em 16% e o aumento, em contrapartida, da carga tributária, o que penaliza a população brasileira de forma geral. Para ele, o governo tem uma visão "fiscalista", focada apenas na arrecadação e nas suas necessidades de caixa.

Apesar das críticas, o senador pela Bahia reconheceu que a reforma tributária é resultado de uma grande negociação interpartidária com o governo e que tem pontos positivos.

HÉLIO COSTA

blema dos mais de 5.600 municípios brasileiros, "ao menos, em parte, começa a solucionar".

O senador lembrou que as cidades menores vão ter aumento no Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

– Ano que vem teremos 1,5 bilhão de reais a mais para dividir entre as cidades mais carentes, para que elas possam sobreviver, fazer seu programa de saúde, a manutenção de suas escolas – disse, acrescentando que, além desse dinheiro, haverá aumento nas fontes de recursos do FPM.

Costa citou a redivisão da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), que tributará os combustíveis e irá "atender a uma grande demanda".



Proposta reduz problemas dos municípios

Ao se pronunciar durante a discussão da emenda à Constituição que trata da reforma tributária, o senador Hélio Costa (PMDB-MG) destacou os avanços obtidos para estados e municípios. Para ele, se a proposta não resolve o pro-

ALMEIDA LIMA

Voto contra, em defesa da população

O senador Almeida Lima (PDT-SE) afirmou que votará contra a reforma tributária, em segundo turno, como fez no primeiro turno.

– Nessa reforma, alguém sairá perdendo e todos sabemos que será a população – justificou.

O parlamentar disse que o Senado poderia ter elaborado um sistema tributário grandioso, para assegurar bem-estar a todos os setores da economia, mas observou que o governo estava mais preocupado em garantir a arrecadação com a prorrogação da CPMF e da Desvinculação de Receitas da União (DRU).

Almeida Lima ressaltou que a melhor forma que encontrou para desejar feliz Natal e próspero Ano-Novo a seus eleitores e amigos foi imprimir cartões dizendo haver votado contra as reformas tributária e previdenciária, para defender os aposentados, os pensionistas, os servidores públicos e a população em geral.



HELOÍSA HELENA

ando que vai votar novamente contra a proposta.

Para Heloísa Helena, o que ocorre agora com a reforma tributária pode ser "boca de praça" do ex-senador Geraldo Melo. Quando ela era líder do PT e da oposição ao governo Fernando Henrique, relatou, "eu esbravejava por uma proposta de reforma tributária" e o ex-senador a desafiava a fazer a mudança no governo que ela estava ajudando a eleger. E eis que a proposta tributária do governo do PT retirou também a taxa das grandes fortunas e heranças, lamentou.

– Sempre que toca nos mais pobres, deixamos para depois – afirmou.

A parlamentar acrescentou que, com relação à desoneração da cesta básica, a proposta de reforma tributária poderia estabelecer, a partir de agora, mecanismo de compensação dos estados produtores, especialmente os que produzem grãos, sem que essa questão ficasse "para depois".

"Monstrenhos arrecadatários" serão mantidos

A senadora Heloísa Helena (sem partido-AL) disse ontem que a reforma tributária mantém os "monstrenhos arrecadatários" do governo Fernando Henrique Cardoso, que eram condenados pelos petistas.

– Passei os quatro anos aqui, quando eu ainda era do meu outro partido, condenando a Desvinculação de Receitas da União, que nada mais é do que saquear oficial e legalmente 20% lineares das áreas sociais – destacou a senadora, anunci-

NEY SUASSUNA

Faltou política para diminuir desigualdades

Na primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da emenda à Constituição da reforma tributária (PEC 74/03), o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) disse que o Senado aperfeiçoou a proposta aprovada na Câmara. Faltou, na sua opinião, definir políticas para beneficiar o Nordeste e reduzir as desigualdades regionais.



Essa não foi a melhor proposta, mas foi a possível, afirmou o senador pela Paraíba, para quem faz parte do jogo democrático que um projeto não satisfaça inteiramente todos os diretamente envolvidos na sua elaboração.

Orçamento terá verba para aumento do mínimo

Relator-geral da proposta anuncia folga de R\$ 3,6 bi para acomodar despesas da Previdência Social

O parecer do relator-geral do Orçamento, deputado Jorge Bittar (PT-RJ), deverá indicar uma folga de R\$ 3,6 bilhões nas verbas da Previdência Social para acomodar o reajuste do salário mínimo e o início do pagamento aos aposentados e pensionistas relativo aos prejuízos decorrentes dos planos Collor e Verão. Foi o que anunciou o deputado, ontem, ao esclarecer à imprensa a revisão dos cálculos sobre as despesas previdenciárias em 2004.

Bittar não aceitou a proposta formulada pelo relator setorial da área temática da Previdência e Assistência Social e Trabalho, deputado Roberto Balestra (PP-GO), que encontrou uma diferença de R\$ 2,2 bilhões a menos na estimativa de déficit



EMENDAS DISPUTADAS Em reunião tumultuada, Comissão Mista de Orçamento aprova relatório setorial da área de infra-estrutura

do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) para o próximo exercício.

Balestra sustentou em seu estudo que existe espaço para o governo conceder um aumento real do salário mínimo de 8,75%, chegando a R\$ 280.

O relator-geral frisou que quem definirá o valor será o presidente da República, mas deu uma pista. Segundo o deputado, o gasto com os aposentados e os pensionistas deverá ser de R\$ 1,1 bilhão, restando

R\$ 2,5 bilhões para o reajuste do mínimo. Cálculos já divulgados na Comissão Mista de Orçamento (CMO) indicam que para arcar com um mínimo de R\$ 270 seriam necessários R\$ 1,5 bilhão no orçamento das despesas previdenciárias.

Perda de receita

A estimativa de receita teve de ser refeita, com uma perda de R\$ 155,8 milhões sobre os R\$ 12 bilhões calculados pelo Comitê de Receita. O deputado Sérgio Miranda (PCdoB-MG)

explicou que houve uma redução dos royalties que serão pagos pela Petrobras à União, em decorrência de nova queda na taxa de câmbio em relação ao que estava previsto na proposta orçamentária do Executivo.

Infra-estrutura

Na reunião mais tumultuada da CMO, desde que os relatórios setoriais começaram a ser votados na semana passada, os parlamentares aprovaram, ressalvados os destaques, o parecer da área temática V que trata dos recursos para infra-estrutura. Foram 41 votos a favor e 14 contra na Câmara, e votação simbólica no Senado.

O PSDB, na figura do seu integrante mais antigo na comissão, o deputado Alberto Goldman (PSDB-SP), pediu votação nominal do relatório da área mais disputada pelas emendas parlamentares. Goldman lavrou seu protesto contra a decisão do governo de continuar represando recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) para engrossar o superávit primário de 2004.

O relator setorial não teve muito espaço para aumentar investimentos em infra-estrutura, que dependerão das aplicações das estatais, principalmente da Petrobras. A proposta do Executivo prevê R\$ 31,133 bilhões para 2004, dos quais apenas R\$ 1,8 bilhão de recursos fiscais. Os parlamentares só conseguiram aumentar para R\$ 2,046 bilhões o valor previsto nos orçamentos destinados a investimento nos Ministérios de Minas e Energia, dos Transportes e das Comunicações. Mas, no conjunto, para reforçar a dotação dos ministérios, foram acolhidas 206 emendas num montante de R\$ 975,52 milhões.

Integração e ambiente

A CMO também aprovou relatório setorial referente aos Ministérios da Integração Nacional e do Meio Ambiente, ressalvados os destaques. O deputado Júlio César (PFL-PI) acolheu em seu relatório as 386 emendas individuais destinando R\$ 89,77 bilhões e atendeu parcialmente as 97 coletivas com recursos de R\$ 398,27 bilhões.

Cobrança de dívida dos municípios

Os municípios brasileiros poderão contratar instituições financeiras privadas para cobrar dívidas ativas consolidadas sem, entretanto, dar como garantia os créditos oriundos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Esta foi a decisão tomada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), ao aprovar parecer favorável ao Projeto de Resolução 57/03, de Sérgio Cabral (PMDB-RJ). A matéria segue para exame do Plenário.

Para Cabral, a maioria dos municípios não recupera grande parte de suas dívidas ativas. O projeto, a seu ver, permitirá novo fôlego para melhorar a arrecadação municipal. Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) apresentou voto contrário ao projeto, por entender que ele fere artigo do Código Tributário.

O líder do PT, senador Aloizio Mercadante (SP), destacou as mudanças no texto, que permitiram tornar a matéria mais transparente, razão pela qual recomendou a aprovação do parecer.

CAE acolhe indicação de Edson Ferreira para diretor da Adene

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem, por unanimidade, parecer do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) favorável à mensagem presidencial indicando o nome do administrador de empresas Edson José Fernandes Ferreira para exercer o cargo de diretor da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene), criada para substituir a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). A mensagem segue agora para votação em Plenário.

Em sua exposição inicial, Edson Ferreira, ex-diretor da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), disse que a questão do desenvolvimento do Nordeste precisa ser tratada sob uma visão sistêmica, devido às dificuldades que a região apresenta, com destaque para a seca. Por isso, ele entende que o governo deve priorizar o setor industrial nordestino, como forma de a região gerar emprego e renda.

Ferreira destacou o crescimento da indústria têxtil e o fortalecimento do turismo, mas apontou deficiências do Nordeste, entre as quais a precari-



POLÍTICA REGIONAL Senadores da comissão discutem soluções para problemas do Nordeste e defendem a recriação da Sudene

idade dos transportes e da energia, a descapitalização das empresas e a pouca expressão econômica, além das precárias condições sociais. Para enfrentar esse quadro, Edson Ferreira pregou uma nova política de desenvolvimento regional, a começar pela distribuição de água para o interior nordestino.

Vontade política

O senador Fernando Bezerra (PTB-RN) observou que o desenvolvimento regional depende "da vontade política de governo". A seu ver, o presidente Lula já demonstrou que possui essa vontade e que adotará

medidas que beneficiarão o Nordeste e sua gente.

Os senadores César Borges (PFL-BA) e José Jorge (PFL-PE) defenderam a recriação da Sudene. O líder do PT, Aloizio Mercadante (SP), também disse que a Sudene deve ser recriada, visando acelerar o desenvolvimento nordestino. Mas observou que a proposta de reforma tributária, a ser votada amanhã pelo Senado, abrirá caminho para o crescimento do Nordeste. Os senadores José Agripino (PFL-RN) e Mão Santa (PMDB-PI) aplaudiram a indicação de Edson Ferreira.

Aprovado crédito para Salvador

Aprovada ontem, em reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), autorização para que a prefeitura de Salvador (BA) contrate operação de crédito com recursos do Banco Mundial, no valor de R\$ 9,856 milhões, destinados à execução de obras de infra-estrutura e saneamento em áreas carentes.

A operação recebeu parecer favorável de Delcídio Amaral (PT-MS) e segue para exame do Plenário, em regime de urgência, conforme solicitação aprovada na comissão.

Imposto de Renda

Pedido de vista solicitado por Mão Santa (PMDB-PI) adiou a análise do projeto da Câmara 101/03, enviado pelo Executivo, que mantém a atual tabela do Imposto de Renda, permanecendo a alíquota de 27,5% para pessoas físicas que ganham acima de R\$ 2.115,00.

Jorge Bornhausen (PFL-SC) e Antero Paes de Barros (PSDB-MT) criticaram a proposta. José Jorge (PFL-PE) apresentou substitutivo atualizando a tabela do imposto.

Maguito Vilela: esporte teve ano de conquistas



Atletas brasileiros estão de parabéns, afirma Maguito

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) louvou as conquistas do esporte brasileiro no decorrer de 2003 registrando que, no vôlei masculino, o time brasileiro garantiu sua vaga para as Olimpíadas de Atenas por ante-

cipação e, na ginástica olímpica, Daiane dos Santos e Daniele Hypólito brilharam.

Maguito ressaltou que os investimentos no esporte são importantes para assegurar vida saudável aos jovens e mantê-los longe das drogas, funcionando como um instrumento eficiente de divulgação turística de uma cidade ou de um país. Ele parabenizou o clube de futebol Cruzeiro, de Minas Gerais, pela conquista do título de campeão brasileiro.

– Ele foi campeão com todos os méritos, com duas rodadas de antecipação – destacou.

Leonel Pavan cumprimenta José Sarney



Pavan elogiou a condução dos trabalhos da Casa

Ao desejar um feliz Natal e um próspero ano novo para todos os senadores e a população brasileira, o senador Leonel Pavan (PSDB-SC) cumprimentou o presidente José Sarney e a Mesa pela condução dos traba-

lhos do Senado e agradeceu a todos os assessores da Casa pelo apoio que ofereceram ao desempenho do seu mandato. Ele também parabenizou os líderes partidários pelas tentativas de acordo para a aprovação de matérias importantes.

– Quero também pedir desculpas se em algum pronunciamento acabei ferindo o coração de alguém. Não por eu ter usado palavras duras, mas pela forma como falei, talvez esse jeito de me expressar acabou machucando algumas pessoas. Espero que 2004 seja um ano feliz, sobretudo para a sociedade brasileira – afirmou Pavan.

Heráclito culpa o governo por dificuldades no Piauí

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) criticou ontem o governo Luiz Inácio Lula da Silva por deixar o estado do Piauí sem recursos para pagar até o 13º salário dos servidores públicos. Para honrar o compromisso, o governador Wellington Dias (PT) está tendo de recorrer a empréstimo junto ao Banco do Brasil.

– Não gostaria de ser do PT e receber o mesmo tratamento – disse ele, conclamando o líder do

partido no Senado, Tião Viana (AC), a intervir em favor do governador piauiense. Heráclito descreveu a maneira pouco compromissada dos ministros que visitam o estado.

– Eles vão lá, saboreiam nossas iguarias e tomam nosso sorvete, mas dinheiro que é bom, nada – lamentou o parlamentar.

Heráclito Fortes recebeu o apoio do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

– Na Bahia, as coisas são piores.

Os ministros não avisam que vão, para evitar o governador. Saem pelo interior com os correligionários, mas nem estes recebem recursos – relatou Antonio Carlos.

Ele criticou especialmente o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, que teria “despeitado” à Bahia por causa da transferência da fábrica da Ford do Rio Grande do Sul para o estado nordestino. Rossetto, que é gaúcho, foi chamado por Antonio Carlos de “Roseta”.



SALÁRIO Heráclito relata que o governo do estado não tem recursos para pagar o 13º

Almeida Lima quer reforma do Estado para fortalecer democracia

■ O senador por Sergipe disse que o Legislativo brasileiro precisa retomar suas funções e aproximar-se do povo



Fotos: Rossetti/Fluminense

DEBATE Almeida Lima defende a discussão da reforma do Estado no próximo ano

O senador Almeida Lima (PDT-SE) propôs que o Congresso Nacional dedique-se no próximo ano “à construção de um Brasil diferente”, debatendo e implementando a reforma do Estado como forma de garantir a democracia. Ele lembrou que já apresentou três propostas de emenda à Constituição (PECs) estabelecendo a reorganização política do Estado brasileiro “para a criação

dos instrumentos necessários à transformação da nossa triste realidade: a de um povo pobre, miserável e excluído, vivendo

em um país rico onde repousam enormes desigualdades sociais e regionais”.

Fazendo uma reflexão histórica sobre o Estado democrático de direito, desde a Grécia até os dias atuais, Almeida Lima disse que o Legislativo brasileiro tem se caracterizado como um Poder a serviço das elites e do Poder Executivo, distanciando-se do povo.

– O nosso Legislativo vive em crise até por não corresponder de forma célere e eficiente ao processo legislativo. Apresenta-se inútil à sociedade, que passa a incorporar nele todo o descrédito que há nas instituições públicas, tornando-se aos olhos da nação responsável por todos os

males sociais – assinalou.

Almeida Lima ressaltou que é em momentos de Legislativo fraco que assomam as tentativas de subjugar as liberdades democráticas por meio da defesa de teses que apontam a necessidade de acabar com as câmaras de vereadores, acabar com o Senado e fechar o Congresso Nacional.

– Cabe a nós, parlamentares comprometidos com as instituições democráticas, a tarefa de retomar as funções e os objetivos do Poder Legislativo brasileiro, a partir da eliminação de suas mazelas, colocando-o a serviço do povo, como verdadeiro Poder representante da vontade popular – concluiu.

Bornhausen: indicadores econômicos pioraram este ano

O comportamento do nível de emprego no país no primeiro ano do governo Luiz Inácio Lula da Silva foi objeto de análise do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC). Na sua reflexão sobre “a aquisição mais importante da cidadania”, o parlamentar listou uma série de indicadores negativos, como crescimento econômico zero, retração de renda de 13% e aumento de 12,9% no desemprego, fenômeno que excluiu do mercado formal mais de 600 mil trabalhadores.

– Em vez da geração de 10 milhões de empregos, será necessário o governo gerar hoje 10 milhões e 600 mil empregos, diante do aumento no número de desempregados – comentou



Governo não gerou empregos, diz Bornhausen

o senador.

Após mencionar a queda no nível de emprego em 2003, Bornhausen dirigiu suas críticas “à fúria arrecadatória” demonstrada pelo governo com a proposta de majoração de tributos via medidas provisórias e reforma tributária. Por outro lado, o senador por

Santa Catarina não deixou de destacar os avanços obtidos pela oposição na negociação da proposta da reforma tributária. Dentre as conquistas garantidas, Jorge Bornhausen assinou a exclusão da progressividade até 15% do imposto sobre heranças e a redução da carga tributária sobre insumos agropecuários, o que elevaria o custo da cesta básica.

Para Valadares, avaliação deve levar em conta legado de FHC

Para se fazer uma avaliação séria do desempenho inicial do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, deve-se levar em conta o legado econômico dos dois mandatos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, afirmou ontem o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). Para ele, qualquer que fosse o governo atual, seus projetos ocorreriam dentro de uma estrutura de dependência internacional e de restrições macroeconômicas que inibiriam as escolhas das políticas públicas. De acordo com o senador, essa situação se dá porque em seus dois mandatos Fernando Henrique estruturou um patamar superior de dependência econômica e de submetimento nacional.

– A cada vez que a crise econômica internacional incidiu sobre nossa economia, a reação do governo FHC, invariavelmente, se deu na linha da ampliação exponencial do endividamento em dólar e do aprofundamento da dependência financeira nacional em relação ao dólar – afirmou o parlamentar.

Valadares lembrou que FHC enfrentava as crises internacionais buscando o Fundo Monetário Internacional, oferecendo juros altos e assumindo empréstimos de curto prazo, à custa de mais endividamento. Essa política chegou a seu ápice quando, na crise da Rússia, em 1998, FHC elevou os juros a 49,7% ao ano, disse. Dessa forma, frisou Valadares, o Brasil foi lançado num círculo vicioso de alto risco. Na opinião dele, a chamada “herança maldita” de FHC não pode ser esquecida, “até porque ela invade o nosso cotidiano”.



Valadares: país ainda sofre com governo passado

João Ribeiro pede a conclusão da Norte-Sul

Senador cobra ainda urgente aprovação dos projetos de lei que recriam a Sudene e a Sudam

A destinação de recursos para a conclusão da Ferrovia Norte-Sul foi defendida, ontem, pelo senador João Ribeiro (PFL-TO). Ele também sugeriu que os parlamentares se mobilizem para aprovar urgentemente os projetos que recriam as Superintendências de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste (Sudam e Sudene). O senador advertiu para a necessidade de se alocarem dotações orçamentárias para esses órgãos.

João Ribeiro informou que o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, e o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, já autorizaram estudo sobre a viabilidade de aplicação, num trecho de 300 quilômetros da ferrovia, de recursos orçamentários que se encontram parados em diversos fundos.

Em apartes, Leomar Quintanilha (PMDB-TO) lembrou que os fundos constitucionais foram criados para minimizar o sofrimento e as desigualdades



Fotos: Roosevelt Pinheiro

RECURSOS João Ribeiro defende o uso, nas obras, de dinheiro que está parado em fundos

regionais. Já Almeida Lima (PDT-SE) afirmou que o comportamento do governo revela uma visão equivocada sobre a realidade brasileira.

Também apartando, Valdir Raupp (PMDB-RO) sugeriu que a Norte-Sul chegue também a Porto Velho. Heráclito Fortes (PFL-PI) defendeu a adoção do orçamento impositivo como forma de libertar as regiões Norte e Nordeste "dos favores e da necessidade de pressão política". E João Capiberibe (PSB-AP) ressaltou que o Brasil paga multas no valor de US\$ 300 milhões anuais ao Banco Mundial em razão de empréstimos que não foram utilizados.

João Alberto aplaude estímulo à poupança

O senador João Alberto Souza (PMDB-MA) elogiou ontem a iniciativa da Caixa Econômica Federal (CEF) de criar mecanismos de estímulo ao aumento dos depósitos em cadernetas de poupança. Os dirigentes da instituição estão pre-



ESFORÇO João Alberto Souza elogia iniciativa da Caixa Econômica Federal

ocupados porque nos últimos 12 meses a caderneta perdeu R\$ 13 bilhões, informou.

Segundo o parlamentar, uma das alternativas idealizadas para evitar que os poupadores migrem para outras aplicações é premiar os que deixarem o dinheiro depositado por mais tempo. Na sua opinião, essa seria uma maneira de educar os cidadãos, ensinando-os a se organizar financeiramente.

– Em tempos como os atuais,

de apelo sistemático e irresistível ao consumo, é indispensável conhecer o valor dos bens, ter limites para os gastos e aprender a importância de fazer poupança – salientou o senador, que pediu especial atenção aos jovens e às crianças, hoje alvos prediletos do *marketing* e da propaganda.

Iraque

João Alberto criticou o governo americano pela intervenção no Iraque e alertou para a possibilidade de que a mesma atitude venha a ocorrer com a Amazônia.

Em protesto contra a política externa americana, o senador disse ter deixado de consumir Coca-Cola e sanduíches do McDonald's.

Reginaldo quer incentivo para energia eólica

Se os ventos fossem dominados, eles poderiam produzir duas vezes mais eletricidade do que a força das águas produz atualmente, afirmou ontem, em discurso, o senador Reginaldo Duarte (PSDB-CE). O parlamentar analisou a potencialidade das chamadas fontes alternativas, entre elas a energia eólica – proveniente dos ventos. Ele destacou que se trata de uma energia limpa, inesgotável e abundante no país, em especial na região nordestina. Somente no Nordeste é possível a geração de 75 mil megawatts (MW) de energia eólica, o que corresponde à produção de três usinas de Itaipu (PR) – salientou o senador, acrescentando que o Brasil tem hoje cerca de 22,6 MW de capacidade instalada para geração de energia eólica. Desse total, 17,7 MW são produzidos no Ceará. Segundo Duarte, desde 2002 é desenvolvido um programa integrado de aproveitamento da energia eólica com o Sistema Interligado Nacional de Energia Elétrica, que consiste em abastecer com esse tipo alternativo algumas regiões do Nordeste. A energia eólica, aliás, é apontada por especialistas como opção para suprir as necessidades de energia nos períodos de falta de chuva, observou o representante cearense.

– Apesar da importância do tema, não só para o estado do Ceará, mas também pelo que significa como contribuição para o desenvolvimento nacional, apenas alguns cientistas e uns poucos brasileiros conhecem o assunto – lamentou o parlamentar. Ele foi apoiado pelos senadores Delcídio Amaral (PT-MS) e Alvaro Dias (PSDB-PR).



SUCESO Para Reginaldo, vento pode gerar duas vezes mais eletricidade que Itaipu

Virgílio critica uso de MP para o setor de energia

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), protestou ontem, em Plenário, contra a edição de medida provisória (MP) para regular o setor elétrico brasileiro. Ao utilizar esse instrumento legislativo, o Executivo usurpa iniciativa do Congresso na definição de uma política para o setor elétrico.

– O caminho de edição de MP demonstra esperteza do pior tipo e desrespeito ao Congresso. Trata-se de um cheque em branco para que o Executivo assuma prerrogativas do Congresso e passe a definir isoladamente os rumos da política energética – afirmou Virgílio.

Na sua opinião, a proposta do governo federal "aumenta os riscos regulatório e político, com repercussões no custo de capital para novos investimentos". Os investidores internacionais, especialmente, podem ser afastados, alertou.

Ele advertiu que, caso prevaleça a proposta do governo, o Brasil ficará na contramão de uma tendência mundial de consolidação de agências regu-



AVALIAÇÃO Virgílio afirma que medida demonstra esperteza e desrespeito ao Congresso

ladoras e ambientes competitivos em setores de infra-estrutura.

Virgílio criticou o conteúdo da MP, que, a seu ver, concentra poderes no Ministério de Minas e Energia. Entre esses poderes, caberia ao ministério definir e indicar o comando do operador do sistema e do gestor do ambiente comercial; deferir novas concessões e autorizações; planejar a expansão com o poder de definir obras estruturantes; atuar como agente em todos os segmentos; e controlar fundos setoriais, salientou o parlamentar.

Fátima Cleide defende a iniciativa do governo

Em discurso no Plenário, a senadora Fátima Cleide (PT-RO) defendeu as duas medidas provisórias (MPs) que propõem um novo modelo para o setor elétrico brasileiro. As MPs, enfatizou, fazem alterações profundas no modelo atual, implantado em 1995, e são um compromisso de campanha cumprido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

– O setor elétrico encontra-se em situação delicadíssima, exigindo decisões imediatas, ágeis e competentes, sob pena de o país voltar a viver nova calamidade em um futuro próximo – afirmou a senadora, justificando a utilização das MPs.

Fátima Cleide criticou o governo Fernando Henrique por ter pago mais de US\$ 10 milhões por uma consultoria estrangeira que, segundo a senadora, apresentou um modelo incompatível com o sistema brasileiro e precisou ser adaptado por técnicos nacionais. Ela



JUSTIFICATIVA Setor passa por uma "situação delicadíssima", argumenta Fátima Cleide

assinalou uma "grande diferença de comportamento" em relação ao governo atual, que incumbiu brasileiros de redesenhar o setor elétrico.

A senadora destacou que o Relatório Kelman, elaborado pela Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, atribuiu como um dos motivos do racionamento de 2001/02 a falta de investimentos no setor. E indagou por que o governo passado não foi capaz de atrair investimentos.

Serys destaca luta do Ministério Público em defesa das instituições

■ Atuação de promotores e procuradores da República no combate à corrupção recebe aplauso da senadora

Ao saudar todos os integrantes do Ministério Público pela passagem do seu dia, transcorrido no último domingo, a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) destacou ontem o trabalho dos promotores e procuradores da República. Ela disse que a luta desses profissionais tem sido eficaz na defesa da moralidade da gestão pública, na defesa do meio ambiente e



DEDICAÇÃO Serys: os corruptos perderam o sossego com o trabalho do Ministério Público

dos direitos do consumidor, e na luta contra outros atos ilícitos que ameaçam as instituições do país.

– Para a felicidade da maioria de nossa população, no Brasil de hoje, os corruptos perderam o sossego e os potenciais candidatos a ladrão já pensam duas vezes antes de cometer qualquer irregularidade que envolva sobretudo o dinheiro público. Assim, podemos dizer que existe hoje, em todo o território nacional, uma eficiente rede de vigilância contra a corrupção, comandada pelo Ministério Público – afirmou Serys.

Na avaliação da senadora por Mato Grosso, dificilmente alguém imaginaria, antes da redemocratização do país, que pudessem ser deflagradas ações investigatórias e judiciais contra atos de corrupção e ou-

tros tipos de crimes cometidos por parlamentares, secretários de Estado, grandes empresários, banqueiros, altos funcionários e magistrados. Até então, completou, essas autoridades estiveram sempre protegidas pela impunidade.

Serys registrou que, para os membros do Ministério Público, em primeiro lugar está o interesse da sociedade. Por esse motivo, ela afirmou que o país não pode permitir que “os poderosos” que estão perdendo privilégios e se sentindo ameaçados utilizem artifícios políticos ou a força do peso econômico para enfraquecer aquela instituição e atrapalhar suas investigações.

Mozarildo aplaude curso de Medicina

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) manifestou sua satisfação com o fato de a Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Roraima (UFRR) ter sido incluída, em avaliação feita pelo Ministério da Educação, entre os quatro cursos de Medicina de melhor qualificação no ensino superior público. Os outros cursos, acrescentou o senador, foram os das universidades de Londrina (PR), Brasília (DF) e Marília (SP).

Mozarildo lembrou palavras do ministro Cristovam Buarque afirmando que a UFRR merece nota dez pelo curso de Medicina, mesmo enfrentando falta de material e pouca estrutura.

– O curso optou por um modelo novo, conseguindo alcançar êxito – destacou Mozarildo, citando o ministro.



Mozarildo destaca a nota obtida pela faculdade de RR

Ideli quer mais fiscalização no setor de bingos e loterias

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) reivindicou tratamento especial para seu projeto de lei regulamentando as atividades de bingos, jogos e loterias. A proposta exige que a entrega de prêmios seja feita *on-line* com a Receita Federal e a Caixa Econômica Federal, com divulgação de nome completo, número de Cadastro de Pessoa Física (CPF) e endereço do ganhador.

Ideli chamou a atenção para o fato de que o setor tem grande permeabilidade ao crime organizado e à lavagem de dinheiro, motivo por que é preciso maior controle e fiscalização mais rígida dessas atividades, para prevenir quaisquer irregularidades e desvio de dinheiro.

Na avaliação da senadora, a atual legislação do setor está cheia de lacunas, abrindo muitas possibilidades de burla, caso não sejam tomadas providên-



RIGOR Projeto de Ideli Salvatti prevê mais controle sobre os jogos de azar no Brasil

cias de fiscalização rigorosa.

Expulsão

Ideli manifestou sua indignação com discursos de parlamentares de outros partidos em protesto contra a expulsão de quatro integrantes do PT por terem votado contra orientação oficial do partido. Para ela, “questões internas dos partidos não são da alçada de ninguém”.

Demostenes: PEC beneficia procuradores

Em discurso realizado ontem, o senador Demostenes Torres (PFL-GO) comentou manchetes do jornal *Folha de S. Paulo* segundo as quais o governo defende um Ministério Público mais fraco, além de pretender aplicar a chamada “Lei da Mordaza” (que proíbe procuradores e promotores de darem entrevistas sobre os casos que investigam). O parlamentar anunciou ter apresentado proposta de emenda à Constituição (PEC) que amplia os poderes do Ministério Público.

A PEC de sua autoria, informou, permite que a busca e apreensão domiciliar – hoje de iniciativa exclusiva de magistrados – possam ser determinadas também pelo Ministério Público e delegados de polícia. Se esses agentes legais agirem de maneira incorreta, acrescentou, poderão responder por abuso de autoridade.



ATUAÇÃO Demostenes Torres apresentou proposição para fortalecer Ministério Público

Demostenes comentou várias reportagens e artigos publicados pelo mesmo jornal no último domingo, segundo os textos, “capazes de estragar o fim de semana dos 41% dos brasileiros que acreditam no presidente Luiz Inácio Lula da Silva”. Para o parlamentar, o Senado deve reagir à tentativa de enfraquecer o Ministério Público.

O senador afirmou que a tentativa de enfraquecer o Ministério Público “é mais uma canelada dos peladões palacianos na Constituição”. Demostenes também afirmou que o governo trabalha pela degola da Polícia Federal.

Senador americano visita Plenário

Em missão oficial ao Brasil, o senador norte-americano Bill Nelson, representante do estado da Flórida, foi saudado pelo senador Hélio Costa (PMDB-MG) durante visita ao Plenário do Senado Federal.

– Para nós é honroso ter aqui um político que se destaca em vários setores de atividades – declarou, passando a listar algumas iniciativas propostas pelo senador democrata.

Hélio Costa citou a lei de autoria do parlamentar norte-americano que regulamentou o envio de *e-mails* indesejados, os chamados *spams*, proposição que deve ser apresentada aqui pelo senador mineiro.



Hélio Costa saudou a presença do parlamentar



EDUCAÇÃO Para José Jorge, a edição da MP 147 contraria anúncio do ministro Cristovam

José Jorge protesta contra edição de MP

O senador José Jorge (PFL-PE) protestou contra a edição da Medida Provisória 147/03, que institui o Sistema Nacional de Avaliação e Progresso da Educação Superior e dispõe sobre a avaliação do ensino superior. Para ele, a medida contraria anúncio feito pelo ministro da Educação, Cristovam Buarque, durante recente audiên-

cia pública na Comissão de Educação (CE), quando garantiu que as mudanças no Provão seriam encaminhadas pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional por meio de projeto de lei.

O vice-presidente da CE, senador Hélio Costa (PMDB-MG), disse que, “de certo modo”, José Jorge tem razão ao fazer essa queixa, já que

Cristovam realmente havia dito que as mudanças seriam operadas mediante projeto de lei. No entanto, a edição da MP 147 foi vista pelo senador peemedebista como uma tentativa de antecipar a solução dos problemas discutidos na CE. Ele ponderou que a aprovação da MP não impede que a questão volte a ser debatida em 2004.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Eduardo Siqueira Campos, Romeu Tuma e Heráclito Fortes